

AS AÇÕES AFIRMATIVAS COMO RESPOSTA AO RACISMO ACADÊMICO E SEU IMPACTO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS

José Jorge de Carvalho¹

PRÓLOGO

A luta pelas cotas para negros no ensino superior brasileiro tem aberto inúmeras questões sobre as relações raciais no Brasil que haviam sido silenciadas quase totalmente ao longo de todo o século vinte. Entre tantas questões, revela-se agora o quanto nossa classe acadêmica esteve impune pela exclusão racial que se instalou no nosso meio desde a consolidação das primeiras universidades públicas na década de trinta. É a essa impunidade e a esse silenciamento crônicos que dou o nome de racismo acadêmico.

Discutir cotas é repensar e avaliar a função social da universidade pública. Gerida através de verbas do estado, a universidade deveria formar lideranças que representassem a diversidade étnica e racial do país; nada mais claro, portanto, que tivéssemos brancos, negros e índios nos quadros discentes, docente e de pesquisa na nossa academia. Contudo, em um país de 47% de população de negros (pretos e pardos segundo o IBGE), o contingente de estudantes não passa de 12% e o de professores, menor que 1%. Vale a pena perguntar-se como foi possível que um grau de exclusão racial tão escandaloso não tenha suscitado, até agora, praticamente nenhuma discussão ou mesmo incômodo por parte dos acadêmicos brancos brasileiros (entre os quais me incluo), sobretudo na nossa elite de Ciências Humanas e Sociais.

Este ensaio é uma tentativa de oferecer, em um primeiro momento, um marco conceitual mais amplo, ainda que preliminar e sujeito a correções, para uma análise do racismo acadêmico brasileiro. Em segundo lugar, oferece uma proposta anti-racista de intervenção por meio de ações afirmativas no lugar onde o sistema é mais poderoso na sua capacidade de se reproduzir: na pós-graduação, nas bolsas de pesquisa e nos concursos para professores. Para encerrar, teço algumas considerações sobre o impacto das ações afirmativas nas Ciências Humanas e Sociais no Brasil.²

1. O SILÊNCIO SOBRE O RACISMO NO MEIO ACADÊMICO BRASILEIRO

Uma parte das resistências às ações afirmativas que hoje observamos no Brasil se deve à ignorância e à desinformação, resultados do silêncio que a academia branca impôs a si mesma e à sociedade, durante mais de um século, sobre a sua realidade interna de exclusão racial. Poderosos e eficientes mecanismos de disfarce e de silenciamento do racismo foram acionados constantemente no interior da academia. Somente agora, com a discussão das cotas, começa a abrir-se um pouco a cortina do racismo acadêmico propriamente dito. Já é hora, portanto, de perguntar: por que, após tanto tempo, temos universidades ainda tão brancas? Isto não é resultado de uma prática racista que está na sociedade apenas: resulta de um esforço sistemático (mesmo que quase nunca verbalizado) feito pelos próprios acadêmicos. E uma parte considerável desse esforço deveu-se à produção das Ciências Sociais, encarregadas que foram de produzir um modelo de relações raciais no país que o colocassem em vantagem com relação aos Estados Unidos à África do Sul e fora do risco de um questionamento internacional análogo ao que sofreram esses países. Escusado dizer, esse segmento de cientistas sociais é composto quase que exclusivamente de pessoas brancas e quem pagou o preço desse discurso positivo (e falso) foram os negros e os índios, que ficaram até hoje fora das universidades.

Estamos discutindo o acesso de secundaristas negros à universidade pelo vestibular, e, para tanto, procuramos conhecer a porcentagem dos estudantes negros que hoje existem nas universidades e relacioná-la com a porcentagem de negros nos estados.³ Nesse sentido,

estamos situando o problema de um modo que se poderia chamar de conformista: concedemos a exclusão presente até agora e solicitamos um primeiro passo em direção a uma lenta inclusão a perder de vista, para dez, vinte, cinquenta anos. Vista sob esse prisma, a proposta de cotas para o vestibular, que por si mesma já tanto incomoda à maioria dos professores, é ainda uma proposta conservadora. Julgo importante fazer essa ressalva porque as cotas já assaltam de tal modo a tranqüilidade da elite branca da universidade que não podemos deter o ímpeto da discussão por causa da reação da academia à possibilidade da inclusão racial. Mais ainda, sustento que só conseguiremos entender porque há tão poucos negros na universidade hoje se analisarmos a pirâmide do mundo acadêmico pelo topo e não só pela base. O foco da reprodução ou da mudança do sistema não está no perfil racial dos calouros, mas dos professores – somos nós, afinal de contas, que temos autonomia para gerir o sistema universitário brasileiro.

A média de estudantes negros, no total do País é de aproximadamente 2% de pretos e 10% de pardos. Os negros estão concentrados nos cursos chamados de baixa demanda; além disso, estão concentrados nas faculdades particulares de menor prestígio. Um exemplo claro disso é a Universidade Católica de Salvador (UCSAL), conhecida na Bahia como “a universidade negra”. Criada há quarenta anos, ela cresceu a partir dos anos 70 absorvendo os estudantes negros que não conseguiam entrar na UFBA, a universidade de referência na Bahia. Assim, apesar de todo o esforço e empenho de seus professores, ela encarna a dupla discriminação da população universitária negra brasileira: justamente os estudantes negros mais pobres estudam em uma faculdade com menos recursos para a pesquisa e ainda têm que pagar pelos estudos! Todavia, que não reste dúvida: a maioria professores da UCSAL fazem um enorme esforço por cumprir com seu papel de formação e de produção de conhecimento. Julgo importante ressaltar aqui que já vivemos no Brasil, praticamente, e ainda que sem o aparato legal que existiu na África do Sul, dimensões claras de segregação no mundo acadêmico, a ponto de uma instituição de ensino superior ser chamada de “universidade negra”... o que indica, implicitamente, a existência de “universidades brancas”.

Falta-nos agora completar esse quadro fazendo a seguinte pergunta: e mesmo as “universidades negras”, quantos professores negros absorveram para ensinar os seus alunos negros? A ausência de

professores negros faz incidir sobre os alunos negros, pobres e ainda sobreonerados financeiramente, uma tripla discriminação: a injustiça simbólica de carecer de figuras modelares de identificação que os ajudem a construir uma auto-imagem positiva e suficientemente forte para resistir aos embates do meio acadêmico racista em que têm que se mover.

Se pararmos um pouco de pensar nos estudantes e pensarmos nos professores que, em última instância, votarão nos Conselhos Acadêmicos as propostas de inclusão racial, descobriremos que 99% deles são brancos. A primeira realidade que devemos ter em mente é que é ainda muito mais alta a porcentagem de professores brancos do que a de alunos brancos nas universidades. Além disso, não temos razão para continuar naturalizando o processo de entrada dos professores, como se os concursos por que passaram todos os docentes que hoje ensinam nas universidades públicas fossem imunes à crítica, mesmo do ponto de vista do que chamamos de meritocracia. Muito pelo contrário, a história da academia brasileira no século 20 também foi uma história de obstáculo ao ingresso de ilustres intelectuais negros nas grandes universidades do país. Vejamos alguns casos.

Em primeiro lugar, lembremos o caso emblemático de Guerreiro Ramos, um dos grandes cientistas sociais brasileiros do século 20. Guerreiro Ramos foi aluno e formado na primeira turma de Filosofia da Universidade do Brasil (hoje UFRJ) em 1950. Contudo, ele não foi absorvido como professor da UFRJ. Assumiu o lugar que poderia ter sido seu um professor totalmente inexpressivo, somente lembrado na história por sua associação negativa com a biografia de Guerreiro Ramos. Sua exclusão teve graves conseqüências para a comunidade negra. Se ele tivesse entrado no sistema universitário, naquele momento em que ele se consolidava, certamente teria trazido mais negros para o ensino superior e energizado o debate sobre a exclusão racial na elite brasileira a partir de dentro, do lugar em que ela se reproduz. Guerreiro Ramos desenvolveu sua carreira universitária nos Estados Unidos, chegou a publicar obras em espanhol que ainda não foram traduzidas ao português e, no final da vida, em uma entrevista concedida a Lucia Lippi de Oliveira, indicou sem rodeios que foi vítima também de perseguição racial na Universidade do Brasil e acusou o Brasil de ser “o país mais racista do mundo” (Oliveira, 1995, p. 174).

Poucos anos depois, outro ilustre pesquisador negro, Edison Carneiro, também ficou de fora da universidade pública. Apesar de toda a sua rica trajetória intelectual, nos anos 50, candidatou-se a substituir Arthur Ramos, na vaga de Antropologia, também na Universidade do Brasil. Dramaticamente, não conseguiu ser professor da UFRJ, mesmo tendo sido presidente do Instituto Nacional do Folclore. O jornal *Quilombo*, lançado em 1948 sob a direção de Abdias do Nascimento, nos transmite a impressão de um *dejà-vu*, como se meio século simplesmente não tivesse feito nenhum impacto significativo na exclusão racial no Brasil. É fato que estamos em melhor situação do que estávamos alguns anos atrás, mas por outro lado, há algo de estático, uma inércia quase irremovível na realidade racial brasileira. Ao ler os números do jornal, de 1948 a 1950, é como se estivéssemos lendo o Brasil de hoje com fotos antigas. Em dois dos seus números os articulistas fazem uma biografia de Édison Carneiro, com sua foto tendo ao fundo a sua grande biblioteca especializada em assuntos negros, ressaltando: “Atualmente Édison Carneiro prepara uma tese para concorrer à cadeira de Antropologia da Faculdade Nacional de Filosofia, vaga com a morte de seu mestre e amigo Arthur Ramos”.

Com esse currículo, sem sombra de dúvida, não havia na Universidade do Brasil muitos que a ele se equiparassem. Toda a intelectualidade negra daquele momento estava afinada com a importância da presença de Édison Carneiro na principal universidade do País: uma imagem, um modelo de um acadêmico negro agora no lugar que lhe correspondia e que certamente traria jovens estudantes negros para o seu meio. As notícias repetiram-se nos números 7 e 8 do *Quilombo*. A expectativa crescia, a ponto de aparecer no número 9 um artigo novo, intitulado “Notório saber”, onde relatam mais uma vez, com um desenho de Édison Carneiro: “Conforme já tivemos ocasião de noticiar, o escritor Édison Carneiro inscreveu-se no concurso para a cadeira de Antropologia da Faculdade Nacional de Filosofia, vaga com a morte de seu mestre e amigo Arthur Ramos”. Em seguida abordam um problema surgido com sua titulação para o concurso, confirmam que foi aceita a sua inscrição como notório saber e informam que ele está preparando um texto, *A dinâmica do folclore*, justamente um dos seus livros mais lidos e conhecidos: “o Quilombo sente-se orgulhoso com o acontecimento e envia a Édison Carneiro seus votos de sucesso no prelo em que se lançou.” Sabemos o que aconteceu: ele foi reprovado e não

pôde impactar a universidade da capital com seu saber e sua rica biografia de um intelectual negro.

Podemos citar ainda o caso de Clóvis Moura, há pouco falecido, que foi um dos mais importantes pesquisadores sobre a história da resistência negra no Brasil. Apesar de autor de uma obra tão vasta e importante, Clóvis Moura, que por várias décadas desenvolveu sua carreira intelectual em São Paulo, não conseguiu inserir-se como docente regular nas universidades públicas paulistas, o que certamente limitou a sua capacidade de formar novos quadros de pesquisadores negros e de contar com melhores condições para desenvolver suas pesquisas e também de alcançar o reconhecimento devido por sua excepcional trajetória. Sobre ele pairou sempre o estigma, colocado pelos acadêmicos brancos conservadores, como um modo de desautorizá-lo, de que era um “militante” mais que um acadêmico... como se algum acadêmico, branco, mulato ou negro, não o fosse.

2. O CENSO RACIAL INEXISTENTE NA ACADEMIA BRASILEIRA

A falta de dados sistemáticos sobre a composição racial da nossa classe de docentes e pesquisadores é algo que deve tornar-se matéria de reflexão no momento presente. Como podem nossos pesquisadores teorizar sobre as relações raciais na sociedade brasileira se desconhecem e se recusam a analisar as relações raciais das quais eles fazem parte e que eles mesmos ajudam a reproduzir? Tenho procurado reunir, com a ajuda de vários colegas, dados para a configuração de um quadro da situação dos docentes negros no ensino superior.

Eis uma amostra de um censo racial, ainda impressionístico que ando fazendo, dos professores de algumas universidades brasileiras, resultado de contagens diretas realizadas por colegas docentes negros nas suas respectivas instituições a partir de provocações que tenho feito em debates públicos nessas universidades. Deixo claro que há uma margem de erro nesses números; para compensá-la, coloquei um número ligeiramente maior de negros do que o encontrado até agora:

- Universidade de Brasília (UnB) – 1.500 professores – 15 professores negros
- Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – 570 professores – 3 professores negros

- Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – 2.000 professores – 3 negros (um deles africano)
- Universidade Federal de Goiânia (UFG) – 1.170 professores – 15 professores negros
- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – 2.700 professores – 20 professores negros
- Universidade Federal do Pará – 2200 professores – 18 professores negros.
- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) – 1.700 professores – 17 professores negros
- Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) – 2300 professores – 30 professores negros
- Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – 1.761 professores – 4 professores negros
- Universidade de São Paulo (USP) – 4.705 professores – 5 professores negros
- Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – 3.200 professores – 20 professores negros⁴

Sobre a USP, certamente a universidade mais poderosa do País, vale observar que na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, há apenas três professores negros entre 504, sendo um dos negros africano. No caso da UFRJ, informações passadas por professores e servidores ligados ao SINTUFRJ indicam que o Centro de Ciências da Saúde (CCS), a maior unidade acadêmica da universidade, conta com aproximadamente 800 professores, dos quais apenas três são negros.

Um dado recente que me foi passado por colegas da UERJ aponta para um aspecto ainda pior da já altíssima exclusão racial na nossa classe docente: dos 30 professores negros da UERJ, pelo menos metade se concentra apenas em duas unidades acadêmicas, estigmatizadas como de menor prestígio: o Departamento de Educação Física e o Centro de Formação de Professores. Restariam, portanto, apenas 15 professores negros no seio das centenas de docentes das unidades mais poderosas. Alguns colegas acreditam que esse mesmo padrão de distribuição deve operar em outras universidades públicas.

Diante dessa média de menos de 1% de professores negros nas universidades, duas perguntas podem ser formuladas: como sabemos que esse número de 1% foi um crescimento em comparação com os anos 60? E se nos anos 60 havia mais docentes negros? Minha hipótese é de que

provavelmente o número de professores universitários negros diminuiu nos últimos trinta anos.

Se olharmos o sistema acadêmico de cima da hierarquia para baixo e centrarmos nossa análise em qualquer uma das universidades públicas acima citadas, poderemos imaginar o peso que recai sobre cada um dos professores negros que sejam conscientes de seu papel como membros da comunidade negra brasileira. Por exemplo, no momento em que um professor ou professora especializados em África, em cultura afro-brasileira, em relações raciais, ou em temas afins se aposentarem, provavelmente diminuirão, na sua universidade, as discussões sobre cultura negra e sobre questões raciais, caso ele ou ela não consigam influenciar a colocação de um sucessor negro ou negra para continuar o seu trabalho.

Podemos assegurar com confiança que a cada vez que entrou um professor negro nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, linhas de pesquisa e interesses de conhecimento sobre a questão negra foram abertos ou ampliados. E é justamente por causa desse baixo número de docentes negros que ainda agora, após cem anos de vida acadêmica, muitas questões cruciais da nossa sociedade continuam sem ser discutidas com propriedade. Conseqüentemente, os concursos para docentes preenchidos quase que exclusivamente por candidatos brancos já não podem ser vistos apenas como resultado de decisões racionais, baseada em padrões inteiramente impessoais dos membros das bancas. Os concursos são na verdade o resultado de uma complexa equação que envolve variáveis como: a política acadêmica (pressões externas e internas em favor de determinados candidatos); as redes de relações dentro da comunidade acadêmica (linhas de pesquisa, filiações teóricas, campos de atuação); além, é claro, do desempenho e da trajetória acadêmica (artigos e livros publicados, experiência em pesquisa), cuja relevância varia de acordo com o perfil do candidato desejado (pesquisador sênior, ou pesquisador júnior e etc.). Enfim, que fique claro que os concursos para professores não são regidos (apenas) pela impessoalidade.

Diante desses dados alarmantes, perguntamo-nos se o Ministério da Educação não deveria investigar os concursos realizados e procurar saber se as vagas públicas estão sendo alocadas dentro de algum critério de interesse social (incluindo a pluralidade racial), e se, por exemplo, uma faculdade que conta com quinhentos professores brancos e três negros,

já não está na hora de começar a integrar racialmente o seu quadro docente, independente da capacidade específica dos membros das bancas para avaliar os candidatos segundo critérios pretensamente universalistas de mérito científico.

Sintetizo lançando duas hipóteses sobre por que provavelmente trinta anos atrás havia uma proporção maior de professores negros nas nossas faculdades. Em primeiro lugar, o falecido Milton Santos e outros ilustres professores negros ainda atuantes estudaram em uma época de boa escola pública. Em segundo, a elite acadêmica era muito menor no Brasil dos anos 50 e 60, as próprias redes de poder acadêmico estavam menos saturadas e por isso alguns negros puderam concorrer em condições mais igualitárias com seus colegas brancos.

Já os jovens negros doutores de agora são em boa medida egressos de uma escola pública menos apoiada pelo estado, concorrem com um número muito maior de doutores brancos e ainda têm de superar dois entraves: as eventuais deficiências de capital cultural específico e idiossincrático segundo a universidade em que pretendem ensinar e segundo a disciplina em que se especializaram; e as barreiras de recomendação, na medida em que não pertencem a essa fechadíssima rede acadêmica já consolidada. Uma tese recente, de Maria Solange Pereira Ribeiro, defendida na Faculdade de Educação da USP, vem confirmar essa intuição: a autora descobriu que desde o ano de 1980 não houve mais uma ampliação da presença de professores negros nas universidades públicas paulistas. Solange Ribeiro conta que em uma das quatro universidades por ela pesquisadas encontrou apenas cinco professores entre dois mil.

Para citar um exemplo recente, um recém-doutor negro participou de um concurso em uma das universidades mais importantes do País, disputando uma das três vagas em um departamento que conta com apenas um professor negro entre 25. O candidato negro teve que concorrer com 23 candidatos brancos e ficou – surpresa! – em quarto lugar. A relevância social da sua presença poderia ter sido o fator de desempate a seu favor em um universo altamente segregado e que ampliará ainda mais seu grau de segregação (agora serão 28 professores brancos e um negro), provavelmente por um lustro, já que vagas novas são cada vez mais escassas. É esse tipo de inconsciência racial que pode manifestar-se indefinidamente à sombra da ideologia freyreana dos brancos sem cor que discutirei a seguir.

Se pensarmos que até a África do Sul já está integrada racialmente, é preciso fazer uma simulação do número de anos que serão necessários para reverter minimamente essa desigualdade racial extrema que caracterizou o nosso corpo docente. Pensemos no caso da USP, o mais extremo dos extremos. Atualmente, ela conta com apenas 0,1% de professores negros, após setenta anos de investimento contínuo e de ampliação do número de vagas.

Se usarmos a tese de Solange Ribeiro como referência e fizermos uma simulação otimista (de que a situação racial não piorou nas últimas décadas), podemos inferir que serão necessários um mínimo de vinte anos para que essa porcentagem passe de 0,1% a 0,2% - um salto relativo, ainda que irrisório, de 100% no número de professores negros. Se não houver uma aceleração nesse ritmo de inclusão proporcional, somente daqui a 160 anos a porcentagem de docentes negros na Universidade de São Paulo poderá chegar a 1%! Imagine o leitor, a partir daí, quantos séculos serão necessários para chegarmos a um patamar minimamente digno de integração racial no nosso sistema acadêmico como um todo.

E universidades como a USP e a UFRJ, justamente as mais antigas e as que mais controlam o discurso das Ciências Humanas e Sociais no Brasil, são as que mais resistem a adotar qualquer medida de ação afirmativa, mesmo que seja apenas no início da carreira acadêmica, isto é, no vestibular. Provavelmente o leitor há de concluir, como já o fiz, que sem algum sistema urgente de cotas, sequer faz sentido projetar alguma meta concebível, em termos do tempo da história do nosso país enquanto uma nação multi-étnica e multi-racial, de integração étnica e racial completa nessas instituições. O racismo passará a ser, infelizmente, uma das marcas distintivas, do norte ao sul do país, das nossas melhores universidades públicas.

Eis uma breve síntese histórica da consolidação da rede racista na nossa academia. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi criada em 1924, como uma instituição exclusiva da elite branqueada do então Distrito Federal. Dez anos após, foi criada a poderosa Universidade de São Paulo (USP), também como uma instituição inteiramente branca. Essas universidades mais antigas (incluindo, entre outras, a UFPR e a UFRGS) ajudaram a formar a segunda geração de professores universitários e com eles consolidar o quadro docente branco de várias outras universidades públicas. O mesmo processo se

deu com a fundação da Universidade de Brasília em 1960: foi formada com muitos professores brancos oriundos principalmente do eixo Rio - São Paulo (USP e UFRJ). Por sua vez, a UnB formou novos mestres e doutores que foram absorvidos por outras universidades federais e estaduais. Oitenta anos depois, temos um quadro universitário gigantesco e que reproduz essencialmente as características da rede original construída na UFRJ e na USP: o *ethos* branco da academia brasileira, cuja história de exclusão racial ainda está por ser relatada.

Ainda uma pequena ilustração deste *apartheid* universitário *avant la lettre*. Que o leitor consulte o livro do Professor Ernesto de Souza Campos, *História da Universidade de São Paulo*, publicado em 1954 e republicado em 2004 por ocasião dos 70 anos da USP. Em centenas de pessoas registradas em mais de 30 fotografias sobre todas as áreas de pesquisa e ensino conduzidos naquela universidade, não é possível divisar uma única pessoa inequivocamente não-branca.

Assim foi formado no Brasil um dos maiores parques acadêmicos do Terceiro Mundo, nos programas de graduação, de pós-graduação e nos institutos de pesquisa, todos quase inteiramente brancos em sua composição docente. Dos pesquisadores do CNPq com bolsa de produtividade em pesquisa, 99% deles são brancos. A mesma proporção de exclusão racial extrema é encontrada entre os pesquisadores da CAPES; da COPPE, no Rio de Janeiro; do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA); de Mangueiras; do Museu Nacional do Rio de Janeiro; da Fundação Getúlio Vargas; do Museu Goeldi – enfim, em todos os chamados “centros de excelência”, encontramos o mesmo perfil racial homogêneo e excludente. A rede de pesquisa é uma espécie de supra-rede da elite da rede de professores universitários que vão indicando seus “melhores talentos” (por sua vez recrutados da rede dos estudantes de pós-graduação) para irem formando os centros de pesquisa. A imagem que faço é de um edifício da academia (docência e pesquisa) que foi construído nos anos 60 e 70 e que está agora inteiramente ocupado por brancos. Há uma fila de brancos dando volta no quarteirão à espera para entrar no primeiro apartamento que vagar. E os negros? Vão entrar no final desta fila? Se tal for o caso, dificilmente entrarão no sistema, pois não haverá vagas disponíveis para eles pelo menos por alguns séculos.

Aparentemente, o Estado brasileiro, respeitoso da autonomia universitária, ainda não sabe com detalhe desse perfil racial dramático,

porque esse mesmo estado é controlado quase exclusivamente por membros da elite branca que construiu a nossa academia. E nossa academia não se vê racializada, ou melhor, não se quer ver. No que me diz respeito, encontro enorme dificuldade, desde já alguns anos, em discutir esse tema com a maioria dos colegas brancos, que não se vêem partícipes de mundo racialmente excludente: crêem apenas que vivem no mundo do saber, do mérito, da ciência, da verdade – em um mundo sem cor, afinal, ainda que exclusivamente branco.

Minha sugestão, portanto (e que é complementar à proposta de cotas que encaminhei para a graduação na UnB), é de centrarmos nossos esforços na pirâmide do poder acadêmico. Procuremos saber, em primeiro lugar, se já existem negros em condições de ocupar esses cargos, pergunta ainda difícil de responder por ausência de dados de pesquisa. Se já existem negros, podemos utilizar instantaneamente um sistema de preferência: a partir de agora, o MEC deve, em qualquer concurso nas federais, intervir na prática de seleção através de uma campanha de conscientização racial nas universidades, para que não se reproduza a assustadora proporção de quinhentos professores brancos e três negros em uma única faculdade. Negros que tiverem doutorado já poderão entrar na carreira docente; os que tiverem mestrado, entrarão no doutorado pelo sistema de preferência, cujos princípios detalharei mais adiante. Se estamos certos de que o sistema é absolutamente excludente, e se queremos de fato ser conseqüentes com nossa consciência, devemos intervir em todos os níveis da hierarquia acadêmica, sempre que possível. Caso contrário, estaríamos excluindo os negros que já têm o curso superior, justamente agora que pretendemos começar a incluir secundaristas negros por meio do vestibular.

Conforme indiquei anteriormente, uma questão central a ser atacada é a suposta ausência de cor da elite brasileira. Se chegarmos a uma reunião dos Comitês de Avaliação dos órgãos de financiamento (às vezes com centenas de pesquisadores) e perguntarmos pela cor das pessoas ali reunidas, provavelmente receberemos como resposta que nenhuma delas tem cor. Muitos pesquisadores poderão considerar a pergunta, inclusive, imprópria, deselegante e mal-educada: aqui não há brancos nem negros, trata-se de uma comunidade de pares. Insistamos um pouco e indaguemos em seguida como foi construída a comunidade de pares. Responderão: esta é uma questão de história, que coincidentemente não nos interessa; só sabemos que agora somos pares.

3. A VOZ NEGRA EM PROL DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Discutimos até aqui o problema da falta de representação da comunidade negra no complexo de ensino superior e pesquisa no Brasil. Vejamos agora como são distribuídos os financiamentos de quadros acadêmicos preparados para silenciar o discurso anti-racista. Segundo informações de vários pós-graduandos das áreas de Ciências Sociais, é muito comum, nas seleções em algumas universidades federais, que as bancas procurem estudantes que queiram trabalhar na linha de pensamento de autores como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, entre outros ideólogos da hierarquia racial conciliadora. Assim são formados constantemente novos freyreanos e buarqueanos que discorrerão sobre aspectos “desconhecidos” ou farão novas releituras celebratórias das teses canônicas das duas obras centrais desses autores sobre a construção racial do Brasil, tornando-as sempre presentes na consciência discursiva da elite intelectual brasileira.

Enfatizemos: a ideologia da democracia racial sobreviveu por tantas décadas, não exclusivamente pelo seu potencial argumentativo inicial, mas também, e principalmente, porque houve verbas públicas para reproduzir os quadros intelectuais que a disseminam: bolsas de estudo e verbas para pesquisas de mestrados, doutorandos e de professores que se disponham a escrever sobre o assunto. Insistamos pois em que a obra de Gilberto Freyre, por exemplo, centrada na negação do discurso anti-racista, sobrevive também por um esforço de estado. Interessa à elite branca que controla o Estado disseminar na população (sobretudo entre os jovens) a idéia de um país racialmente integrado e pacificado, apesar de todas as evidências (inclusive oficiais e divulgadas pelo próprio Estado) em contrário. Vale lembrar que os autores que assinam esses inúmeros ensaios publicados constantemente com a finalidade de celebrar e manter vivo o modelo freyreano de relações raciais no Brasil são invariavelmente brancos. Não conheço um único intelectual ou acadêmico negro que tenha escrito a favor das teorias de integração racial propostas por Gilberto Freyre.

Na verdade, as elites brancas brasileiras fizeram mais que apenas calar os dados sobre a desigualdade racial no Brasil: elas contribuíram

para a sua reprodução. Por outro lado, os intelectuais negros tentaram, ao longo de todo o século vinte, denunciar a realidade de exclusão racial e encaminhar propostas de apoio estatal à população negra. Todas as vezes que o fizeram, porém, seu discurso foi silenciado ou retirado do circuito hegemônico de comunicação do país. No momento presente, em que propomos ações afirmativas no ensino superior, devemos resgatar as reivindicações históricas da intelectualidade negra, até mesmo para desfazer uma idéia simplista de que estamos apenas “copiando o modelo norte-americano”. O jornal *Quilombo*, por exemplo, colocava, desde o seu primeiro número de 1948, uma série de cinco propostas, na coluna chamada Nosso Programa, a terceira das quais dizia o seguinte:

“Lutar para que, enquanto não for gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares.”

Vemos aqui que Abdias do Nascimento propunha um programa similar ao que mantém atualmente algumas ONGs dedicadas aos pré-vestibulares para negros com algumas universidades vocacionais: um programa de bolsas de apoio aos estudantes negros que ingressarem na universidade. Vale a pena recuperar também as propostas constantes do documento denominado *Por uma Política de Combate ao Racismo e à Desigualdade Racial*, entregue ao Presidente da República por ocasião da histórica Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, realizada no dia 20 de novembro de 1995 em Brasília. O último item do Programa de Superação do Racismo na área de Educação demanda do estado:

“Desenvolvimento de ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta”.

O que estamos fazendo, atualmente, é dar continuidade a essa série histórica de propostas e reivindicações de ações afirmativas, na área da educação superior, da comunidade negra brasileira.

Ao resgatar essas propostas, vale a pena lançar um olhar crítico sobre a área de estudos em Ciências Sociais denominada de “pensamento social brasileiro”, campo discursivo saturado de freyreanismo e inteiramente racializado, porém que não se assume como tal. Nos encontros das associações acadêmicas de Ciências Sociais, autores brancos que monopolizam a área supostamente falam em nome de todos

e, mesmo admitindo “um certo grau de racismo”, decretam a existência de uma integração racial no Brasil, surgida por conciliação de conflitos ou mesmo por uma porosidade nas identidades raciais. Autores negros, de circulação bloqueada e ainda acusados pelos autores brancos de militantes, questionam frontalmente essa idéia de integração racial e narram uma história de segregação, exclusão e violência racial. Contudo, até o momento, os autores negros não conseguiram ser aceitos como vozes legítimas nessa área de estudos altamente prestigiada pela academia.

4. GILBERTO FREYRE E AS VANTAGENS DA BRANCURA SEM COR

O argumento estabilizado por Gilberto Freyre ainda não foi suficientemente desmascarado pela elite branca brasileira, principalmente porque ela não está interessada em seu desmascaramento, e sim na sua perpetuação. Os argumentos freyreanos são a vitória do sofisma sobre os dados empíricos, da difusão da apologia do falso sobre a denúncia censurada do verdadeiro. Freyre propôs-se a montar um argumento que fosse uma resposta ao clamor do movimento negro, desde os anos trinta, contra a discriminação racial e as péssimas condições de vida da população negra.

Enquanto a população negra vivia na mais absoluta miséria e desamparo, com baixíssimos índices de escolaridade, moradia, saúde e emprego, Freyre insistia em que nenhuma raça era inferior a outra e por isso a nossa mestiçagem não era um problema e sim uma vantagem. Com esse argumento, ele conseguiu desviar inteiramente o debate da denúncia contra o racismo social imperante, que incidia concretamente sobre a dificuldade de ascensão dos negros. Ao invés disso, enfatizou uma discussão de tipo humanista que colocava, de um lado, os vilões do século 19 que sustentavam a superioridade da raça ariana (Gobineau, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha); e do outro, os iluminados pela Antropologia de Franz Boas, como o próprio Freyre, que enfatizavam a inexistência da desigualdade entre as raças. Freyre desautorizou desse modo a formação de um discurso que denunciasse o massacre específico dos negros brasileiros. Assim, nos anos 30, mais de quarenta anos após a abolição que havia deixado os negros à míngua, Freyre procurou responder aos argumentos racistas levantados nos anos 80 do século

XIX e com isso desviou a atenção de um outro discurso levantado pelos negros seus contemporâneos: a sua situação concreta de vida.

Insistamos em que a ideologia freyreana implica também uma desautorização de identidade: aquele que detém todo o poder econômico e social ainda se atreve a desautorizar a identidade com que o discriminado se apresenta. E por que essa necessidade de desautorizar? Porque é vantajoso para o branco que o negro não se apresente como negro. E com a morenidade proposta por Freyre, o branco inclusive se salva de ter que se responsabilizar pelos privilégios que adquiriu ilicitamente pela sua branquitude.

Todos nós, brancos, nos beneficiamos cotidianamente, e de um modo ilícito, por vivermos em uma sociedade racista. São inúmeros privilégios, pequenos, médios e grandes, que nos ajudam a manter vantagem e concentrar mais recursos. Na medida em que o racismo brasileiro opera no cotidiano, nós brancos somos diariamente favorecidos com algum capital (social, econômico, cultural) que foi distribuído desigualmente segundo critérios raciais: do tempo menor de espera para ser atendido no espaço público a uma carta de recomendação, a um contato importante no mundo do trabalho, a um reforço psicológico da imagem pessoal, ou a uma nova fonte de renda. Ser branco no Brasil é levar vantagem diária sobre os negros. Mesmo não existindo raças no sentido biológico do termo, a representação social da diferença é racializada fenotipicamente – basta olhar para a televisão, das novelas à publicidade.

Temos que definir o racismo brasileiro não pela adesão a um credo de superioridade racial, mas pelo efeito continuado dos discursos que celebraram a mestiçagem e silenciaram a afirmação da condição de negro no Brasil. Nesse sentido, quando Gilberto Freyre defendeu a morenidade e repudiou a presença no Brasil de ideologias de negritude, ele, branco, utilizou-se de sua grande influência para impedir que os negros afirmassem sua identidade de negros. E por que o fez? Porque o discurso da negritude deslocaria a discussão de uma celebração abstrata da interpenetração das culturas para uma denúncia veemente das condições de vida precárias e sempre desiguais, enfrentadas pela população negra no país da suposta democracia racial.

A doutrina da democracia racial foi um decreto de um autor de ensaios contra todas as evidências dos dados oficiais sobre as condições de vida obtidos por sucessivos recenseamentos ao longo do século XX.

Tomemos, por exemplo, a tabela exibida no celebrado livro *O Negro no Rio de Janeiro*, de Luís da Costa Pinto: 95% de brancos e 5% de pretos e pardos (Pinto 1998:158-159). É estarrecedor pensar que, após cinquenta anos de expansão constante do número de vagas para alunos e professores, continuamos praticamente com o mesmo perfil de exclusão dos anos 40. O mais significativo, porém, foi a indiferença de inúmeros cientistas sociais brancos que, mesmo conhecendo esses números, continuaram argumentando em favor de uma positividade brasileira no tema das relações raciais.

Vale a pena igualmente ressaltar a tabela apresentada no livro de Clóvis Moura, *O Negro. De Bom Escravo a Mau Cidadão?*, referente ao censo de 1950, que revela a existência de apenas 1% de profissionais negros no Brasil naquela época (Moura 1977:49). Enquanto isso, em 1954, Gilberto Freyre escrevia para a ONU contra o racismo na África do Sul, colocando o Brasil como exemplo mundial de relações raciais harmônicas (Freyre 2003). A esquizofrenia da elite branca brasileira alcançou naquele momento uma dimensão quase inacreditável: nossos intelectuais davam-se ao luxo de criticar a África do Sul e os Estados Unidos pelo racismo, ao mesmo tempo em que eram coniventes, de um modo absolutamente consciente, com o nosso racismo interno.

Essa mesma esquizofrenia de Gilberto Freyre pode ser encontrada em Darcy Ribeiro: pesquisou e conviveu com os índios nos anos 50 e esteve inclusive presente no Primeiro Congresso do Negro Brasileiro em 1950. Ainda assim, mesmo havendo apoiado o resgate da memória de Zumbi dos Palmares, decidiu mais tarde defender a idéia do Brasil como uma “nova Roma”, exaltando abertamente a nossa “latinidade”, a qual supostamente corre perigo na Europa. Já no final da vida insistiu de novo na bandeira freyreana de que “mestiço é que é bom”.

Outro mistificador poderoso, nessa mesma linha, foi Jorge Amado, com sua celebração exotizante da mestiçagem afro-brasileira da qual saltam dois tipos amplamente definidos: a mulata sedutora e o negro bonachão. Por que o mestiço é interessante? Qual é a vantagem da mulher mulata sobre a negra ou a branca? A idéia da mulata serviu apenas para alimentar a fantasia de alguns homens brancos, o que sempre provocou enorme sofrimento na comunidade negra. A inflexão de gênero impõe-se centralmente na discussão de ações afirmativas, sobretudo na pós-graduação, porque estamos pensando nas estudantes

negras que entrarão em um mundo universitário doente desses estereótipos sexistas-racistas, que atuam com grande intensidade e que podem afetar a sua auto-estima como intelectuais.

Gilberto Freyre, Jorge Amado e Darcy Ribeiro são veementes na proibição da negritude. Brancos, não se enxergam como parte do conflito racial que eles mesmo ampliam ao se colocarem explicitamente contra o desejo e a decisão de uma coletividade de negros. Propõem (ou ordenam, retoricamente) que sejamos todos morenos. Os três brancos-sem-cor Gilberto Freyre, Jorge Amado e Darcy Ribeiro, defendem a morenidade como se os dois contingentes, brancos e negros, fossem afetados igualmente por essa mudança de identificação. O que está por trás dessa proposta? Para o branco, que tem o privilégio de usufruir as benesses de uma sociedade racista, nada sucederá – ao invés de um branco com privilégios teremos um moreno com privilégios. Já o negro, que tem um crédito a receber do branco por tudo que perdeu devido ao racismo (ou à condição de negro), não poderá mais demandar nenhuma reparação, pois será moreno – e portanto, igual ao branco! Na morenidade, o negro perderá o seu crédito reivindicatório por um século de discriminação e desigualdade e o branco terá sua dívida automaticamente cancelada. Os dois contingentes agora morenos viverão sem conflito: o moreno ex-branco dentro da universidade e o moreno ex-negro fora da universidade.

Outro engano disseminado há quase um século por essa ideologia racial é a defesa de uma suposta excepcionalidade da nação brasileira através da mestiçagem: enquanto os Estados Unidos e a África do Sul são os países dos estoques raciais separados, o Brasil apresentaria a originalidade, a solução única da mistura benigna, da pluralidade de identidades raciais em convívio harmônico. O que fazem esses ideólogos é escamotear informação do nosso público. Não há nada de singular nessa celebração brasileira da mestiçagem. Cuba, Santo Domingo, Venezuela, Puerto Rico, entre outros países do Caribe, construíram essa mesma auto-imagem de mestiços felizes frente à violência da segregação racial norte-americana. Ao invés de insistir nessa celebração enganadora da mestiçagem, deveríamos comparar o grau de integração racial do Brasil com o alcançado por esses outros países ditos mestiços do mundo afro-americano: número de médicos negros, juizes negros, professores universitários negros, etc. Escusado dizer que sairíamos perdendo em comparação com todos esses países no que tange à participação de

negros nos postos chave e decisórios do país.

Voltando aos três ideólogos da mestiçagem, a mera formulação, para o Brasil, do desejo de que “mestiço é que é bom”, já é um ato racista, porque desautoriza e desrespeita a auto-representação de uma comunidade de milhões de pessoas que querem se ver como negras. Em primeiro lugar, por que ser mestiço seria melhor do que ser negro? Pensando ainda mais longe, a preferência pela mestiçagem é uma preferência racista. A questão não é que as pessoas sejam loiras, negras ou de aspecto asiático quando supostamente deviam ser misturadas; a questão é que elas não devem discriminar as outras por serem do modo como lhes tocou vir ao mundo, e que lhes apetece ser. Ou seja, trata-se de combater a discriminação racial e as injustiças dela derivadas. Desviar o tema para uma hierarquia de cores “sem raça” no topo da qual estaria uma abstrata cor “misturada” é ser conivente com a injustiça racial generalizada no Brasil. Chegando mais próximo do momento presente, os resultados da PNAD de 1976 apontaram para uma sociedade com desigualdades raciais terríveis; contudo, inúmeros cientistas sociais, recusando-se a incorporar esses resultados em seus trabalhos, continuaram insistindo na multipolaridade brasileira. Mesmo admitindo a necessidade de respeitar a auto-identificação racial multipolar, o problema do racismo e da exclusão racial na academia continua exigindo uma resposta dos cientistas sociais que ainda não veio.

Mais recentemente, quando os novos dados do IBGE agregados pelo IPEA exibem de modo inequívoco a desigualdade racial no Brasil, muitos cientistas sociais ligados às universidades públicas mais poderosas rebatem as propostas de ação afirmativa para negros com o argumento de que as raças não existem... deslocando de novo o problema para a biologia, quando o que está em jogo é a racialização construída como uma representação social que gera desigualdades crônicas e sistemáticas. Argumentos recentes de vários cientistas sociais contrários à política de cotas raciais já haviam sido formulados por Gilberto Freyre, de um modo quase idêntico e com essa mesma finalidade de desnortear o discurso anti-racista, há mais de vinte anos atrás (Freyre 1982).

A meta das ações afirmativas em discussão é deselitizar radicalmente o ensino superior público e com isso demandar da universidade pública um retorno à sua função social, desvirtuada há muito pela sua homogeneidade de classe. Sabemos agora que é possível formular políticas públicas para a população negra considerada como um

grupo racial diferenciado no interior da nação e não apenas como indivíduos negros. O modelo estereotipado do Brasil como uma nação constituída basicamente de brancos, negros e índios, pode continuar, porém tratando-os agora devidamente como três coletivos mercedores de tratamento equânime por parte do Estado. É enquanto benefício a um coletivo que a reivindicação de cotas para negros é ética e politicamente defensável. Esse mesmo princípio já opera nas demais políticas públicas diferenciadas destinadas aos índios: não é o índio isolado, mas o índio parte de uma nação que absorverá os recursos para promoção de uma melhoria de sua vida. A definição de um coletivo negro provocará, necessariamente, um reajuste das relações raciais brasileiras inédito na história do país. Por exemplo, no momento em que tornar-se visível para todos que os 500 professores brancos da FFLCH da USP, ou para os 800 professores brancos do CCS da UFRJ, que todos eles são expressão do poder discriminador de um coletivo branco e não apenas do mérito individual de 1300 indivíduos brancos, isolados, teremos entrado no debate realmente político sobre ações afirmativas e racialização da academia no Brasil. Elaboremos um pouco mais este ponto.

A ênfase da diferença da situação brasileira para a situação dos Estados Unidos e da África do Sul escondeu sempre este ponto central: nos Estados Unidos e África do Sul, os indivíduos brancos sempre se assumiram como parte do coletivo branco. No Brasil, os brancos enfatizaram a multipolaridade sem admitir que definiam esse quadro dito multipolar enquanto membros do coletivo branco. A elite branca brasileira definiu o quadro, porém não se aceitou como autora do quadro e nem jamais questionou a parcialidade resultante do controle do seu auto-retrato. Além disso, esse quadro não foi construído a 6 mãos e por isso sua legitimidade tem sido sustentada apenas pela conjuntura perversa da exclusão racial e étnica. Os negros e índios nunca foram autorizados pelos brancos a definir o quadro das relações raciais do país e começarão a fazê-lo quando tiverem garantidos seus espaços no mundo acadêmico.

Eis a pergunta que deve ser colocada agora para os professores universitários brasileiros que são contrários às cotas e às reservas de vagas: os senhores acham que uma presença de menos de 1% de professores negros em nossas universidades públicas é aceitável nos dias de hoje? Estão dispostos a continuar convivendo com esse grau de

exclusão? O que diriam de um país que tivesse essa mesma proporção étnica ou racial em suas melhores universidades? Teriam a coragem de considerar essas universidades segregadas deveras como centros de excelência?

Um ponto de partida para as discussões das ações afirmativas no Brasil é lembrar o seguinte fato: todas as universidades do exterior que são referência de excelência para a academia brasileira são muito mais integradas racialmente que as nossas. Isso significa que estamos resistindo a iniciar uma integração que já ocorreu nas chamadas “mecas” do saber e que aspiramos a reproduzir aqui: Harvard, Oxford, Paris, Cambridge, Berlim, Columbia, etc.

Em síntese, esse é o clima ideológico, solapado e sofismante, que foi construído para impedir um discurso que denunciasse abertamente a injustiça contra os negros no Brasil. Esse discurso promestiçagem que tentou silenciar o protesto negro, apesar de sua fachada anti-racista, operou na prática como uma força anti-anti-racista – o que não deixa de significar, de um modo oblíquo, uma atitude racista. Por que racista? Porque, se dependesse dele, o tipo de racismo praticado no Brasil poderia continuar, indefinidamente, sem nenhuma restrição.

5. INCONSCIÊNCIA DA EXCLUSÃO RACIAL NAS ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS

Um bom exemplo (evidentemente, trata-se de um entre inúmeros possíveis) da inconsciência do problema da exclusão racial no mundo acadêmico brasileiro pode ser extraído do *Informativo Especial* nº 035/02, de 10/7/2002 da Associação Brasileira de Antropologia:

A 23ª Reunião Brasileira de Antropologia realizada em Gramado, RS, de 16 a 19 de junho último, reuniu mais de 1.500 pessoas. Dentre os 1.057 inscritos havia pessoas de todas as regiões do Brasil, do Mercosul, México, Estados Unidos, Inglaterra, França, Noruega, Espanha. Foram apresentados 845 trabalhos nos vários simpósios, fóruns de pesquisa e sessões de comunicações coordenadas. Para financiar o encontro, a Associação obteve recursos junto a Capes, CNPq, Fapergs, Faperj, Fapesp e Fundação Ford.

ESTATÍSTICAS DO ENCONTRO

Número de inscritos por categoria:

Profissionais: 479

Estudantes (graduação e pós-graduação): 578

Instituições com maior número de participantes:

UFRGS: 140; UFSC: 83; UFF: 82; UFRJ: 77; USP: 47;
UNICAMP: 33;

UFMG: 33; UnB: 31

Estados com maior número de participantes:

RS: 226; RJ: 218; SP: 109; SC: 83; MG: 71; DF: 52

As detalhadas estatísticas do encontro atestam o zelo da Associação por exibir para a sociedade o seu perfil de pluralidade, tanto regional como internacional. Uma variável crucial, porém, ficou excluída dessas estatísticas: a (baixíssima) diversidade racial e étnica do encontro. Contudo, dois membros do GT de que fiz parte procuraram identificar o número de negros presentes na reunião de antropólogos de Gramado, e, após visitar todos os espaços da reunião, conseguiram contar apenas 15 – a maioria dos quais, ao que tudo indica, estudantes. Eis o que levantaram: 1.500 participantes – 15 negros e nenhum índio.

Continuamos na previsível porcentagem de 1%, padrão do número de professores universitários negros e, com toda probabilidade, padrão das demais associações científicas. Mais significativo, porém, que a porcentagem de 1%, é o silenciamento e/ou a falta de percepção sobre a diversidade racial e étnica em uma associação de antropólogos. Podemos falar, então, de uma naturalização, na Antropologia profissional brasileira, da idéia de um antropólogo como uma pessoa sem cor, o que contrasta com o argumento esgrimido por inúmeros antropólogos que se opõem ao sistema de cotas por considerá-lo insensível à diversidade racial brasileira derivada da mestiçagem. Interpretemos esse contraste: multicolorida é a sociedade “lá fora”; a Antropologia acadêmica é incolor. Dito nos termos mais comuns da nossa Antropologia: no país do “triângulo das raças”, participamos de

uma reunião de antropólogos com 99% de brancos, 1% de negros e nenhum índio. Pesquisa análoga deveria ser feita nas reuniões de Sociologia, Ciência Política, História, etc.

6. AÇÕES AFIRMATIVAS NA PÓS-GRADUAÇÃO: UM SISTEMA DE PREFERÊNCIAS RACIAIS E TEMÁTICAS

Pensemos, neste momento, como seria o equivalente das cotas para a pós-graduação. Se o vestibular já é evitado de problemas (como sabemos, ele não mede necessariamente todas as capacidades intelectuais dos candidatos e sim aqueles aquelas habilidades que foram desenvolvidas porque o estudante contou com uma série de condições favoráveis, como apoio familiar, acesso a bons cursos preparatórios, etc.), os problemas da pós-graduação são ainda muito maiores. Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que a pós-graduação não é universalista, e a ela não se pode aplicar, de modo algum, o argumento da meritocracia imparcial.

As linhas de pesquisa na pós-graduação sempre foram decisões de grupos e resultados de vontades políticas. Há que frisar sempre que o modo vigente de ingresso na nossa pós-graduação já é a prática de um critério de preferências, combinado com uma meritocracia parcializada que geralmente premia os melhores dentro do conjunto de preferências elegido. Por tal motivo, é comum que um estudante mais qualificado fique de fora simplesmente porque escolheu uma linha de pesquisa com poucas vagas, ou inexistente no programa a que se candidatou, enquanto outro estudante menos qualificado entre apenas porque escolheu uma linha menos concorrida. Esse tipo de prática não pode ser caracterizada como exemplo de meritocracia. Também não é universalista, porque os candidatos concorrem de um modo setorizado, obedecendo a protocolos de exames que variam enormemente, ainda no interior de uma única unidade acadêmica. Invariavelmente, esses exames incluem entrevistas, o que personaliza fortemente a deliberação das bancas. E é justamente na etapa das entrevistas que muitos estudantes negros apresentam seu rendimento mais insatisfatório e são eliminados da concorrência. A falta de monitoramento externo das entrevistas dificulta a composição de eventual tratamento desigual dedicado aos estudantes negros. Repetindo: a seleção para a pós-graduação é o resultado de preferências, que

demandam manutenção de linhas para que os professores continuem com seus interesses de pesquisas e encontrem estudantes que se adaptem a esses interesses. Nesse quadro, às vezes nem há como comparar a capacidade relativa dos estudantes, porque não há unificação de critérios entre os professores, os programas, as linhas de pesquisa e os recursos institucionais disponíveis.

Apesar da variedade de critérios, podemos supor que um exame de seleção para a pós-graduação no Brasil, em nível de mestrado, com variações de acordo com a instituição ou programa, inclui os seguintes quesitos:

- a) carta de recomendação;
- b) elaboração de um projeto de pesquisa;
- c) prova específica de conteúdo;
- d) entrevista com a banca;
- e) prova de línguas;
- f) análise de *curriculum vitae* e histórico escolar;
- g) monografia ou dissertação já defendida

No caso do doutorado, certamente contará também a trajetória do mestrado: onde fez, quem o orientou e a qualidade da dissertação.

Um candidato desconhecido da banca, que estudou com um orientador desconhecido, e que apresenta cartas de recomendação de professores desconhecidos, terá uma desvantagem diante de um concorrente, em igualdade de condições acadêmicas, que é conhecido da banca, que estudou com alguém conhecido e bem visto pela banca e que foi recomendado por pessoas conhecidas e consideradas pela banca. Isso apenas corrobora o que já dissemos, que mesmo sem o fator racial, a equanimidade de avaliação não é ponto pacífico na pós-graduação. Acrescentemos agora a esses fatores o componente racial: se o aluno é negro e desconhecido, incidirão mais fortemente sobre ele os estereótipos negativos e os preconceitos que são projetados sobre o aluno negro: menos capaz, com mais deficiências, etc.

Em suma, trata-se de um sistema de avaliação, no mínimo com um alto grau de imprecisão, a qual pode ainda aumentar e tornar-se intensamente parcial quando incluímos as idiosincrasias dos membros das bancas, com suas preferências e rejeições de temas e abordagens que às vezes nada têm a ver com as eventuais escolhas dos candidatos.

Enfim, o ingresso na pós-graduação se dá através de mecanismos explicitamente parciais, não universalistas - ou melhor, abertamente interessados. Nessa linguagem tão excludente, a história prévia de exclusão dos candidatos negros pesa negativamente no cômputo de suas chances de aprovação.

Retomando o que dissemos anteriormente sobre as redes, justamente no momento atual, quando começamos a discutir a exclusão racial na pós-graduação, a CAPES e o CNPq estão decidindo mudar as regras de concessão de bolsas para os próximos anos (o que incidirá sobre os critérios de seleção, afetando inclusive os docentes negros que queiram fazer seu doutorado). Ao invés de privilegiar o talento individual e o tema específico do candidato, as novas diretrizes recomendam, como princípio de seleção, privilegiar os estudantes que já estejam inseridos em alguma rede de pesquisa, ou seja, que já sejam elo de alguma rede. Nesse novo contexto, uma pessoa isolada já não tem chance de admissão. Quem não conseguiu entrar em alguma rede durante a graduação, praticamente não terá mais possibilidades de inserção na pós-graduação. Fechando a pós-graduação com grupos já existentes, essas diretrizes excluirão os negros ainda mais do que já são atualmente e distribuirá praticamente todos os recursos do Estado entre os estudantes brancos. Lembremos que os poucos estudantes negros que têm entrado na pós-graduação são justamente esses estudantes isolados, autônomos, de grande talento individual e que ultrapassaram o bloqueio racial contrariando as estatísticas que já o haviam deixado de fora. Ainda que mude a justificativa, essa medida de fechar a pós-graduação em torno das redes estabelecidas é um paralelo, na academia, do trem da alegria do serviço público em 1985: será mais uma onda de exclusão com conseqüências futuras dramáticas para a frágil coletividade universitária negra.

Em um contexto tão absurdamente discriminador, será preciso uma revisão quase total da postura da CAPES e do CNPq frente aos programas de pós-graduação no Brasil, caso nos interesse promover uma integração racial: haverá que avaliar a função social e a adequação à diversidade de todos os temas e linhas de pesquisa, e também as disciplinas oferecidas. Além disso, haverá que contratar professores que possam atender aos temas de pesquisas demandados pelos estudantes negros em condições de seguir os cursos.

Resumindo essa complexidade constitutiva do sistema da pós-graduação e da pesquisa, trata-se de uma rede que se estabeleceu e que está por trás dos concursos para professores, das bancas de mestrado e de doutorado e das comissões de avaliação dos projetos de pesquisa pelas agências financiadoras. Tudo isso deve ser tomado em conta na hora de argumentar pelas cotas. As cotas ajudarão a instituir no Brasil, talvez pela primeira vez na nossa história, um clima de real concorrência na academia e nas profissões. Se apoiarmos um contingente de estudantes negros bem preparados e motivados, que entrem agora na universidade, no mestrado e no doutorado, totalmente fora da rede estabelecida, eles irão competir com brancos que já estão inseridos na rede.

Imaginemos que um grupo de estudantes negros termine em cinco anos o curso de Medicina pelo regime de cotas. Teremos então um número de dez ou vinte médicos negros, em uma cidade, que vão entrar na vida profissional junto com seus colegas brancos. Esses negros recém-formados em Medicina estão fora da rede dos médicos, enquanto os brancos já estão nela inseridos, pois muitos deles são filhos de médicos. Como reagirão os empregadores? Irão absorver esses novos talentos acadêmicos, esses negros anônimos, ou irão proteger os clientes brancos conhecidos? Aí estaremos realmente entrando numa discussão profunda sobre o mundo em que vivemos. Teremos agora a possibilidade de pressionar para que escolham o negro anônimo. Até agora não houve esse negro anônimo pressionando, daí que nem sequer podemos dizer que já houve concorrência aberta na nossa academia.

7. UMA PROPOSTA DE COTAS PARA A PÓS-GRADUAÇÃO, PARA BOLSISTAS DO CNPQ E PARA CONCURSOS DE PROFESSORES

Ofereço aqui alguns subsídios para a formulação de uma intervenção no padrão atual de segregação vigente na pós-graduação brasileira.

Em primeiro lugar, eis alguns dados, fornecidos pela Secretaria de Planejamento da UnB, que fundamentam a necessidade dessas intervenções:

- a) O número total de docentes atualmente ativos nas 53 universidades federais é de aproximadamente 46.679. Até onde sabemos, não deve passar de 200 o número de professores negros em todas essas universidades;
- b) O sistema universitário público está em retração há mais de dez anos e o número de vagas proposto pelo governo para os próximos anos nem sequer reporá as vagas perdidas nesse período: no máximo serão abertas seis mil vagas novas nos próximos três anos. Isso significa que, ainda por várias décadas, o Brasil continuará exibindo o perfil de um dos sistemas acadêmicos mais excludentes racialmente de todo o mundo. O mínimo a fazer é garantir cotas para essas vagas novas, na expectativa de que o porcentual de professores negros possa, pelo menos, alcançar a barreira do 1%, mesmo sem chegar a 2%.
- c) Complementarmente, será preciso intervir na pós-graduação para preparar um contingente maior de mestres e doutores negros em condições de ocupar as vagas que conseguirmos reservar para eles nos concursos para docentes que forem abertos a partir de agora.

Em segundo lugar, ficaram faltando três dimensões fundamentais na proposta do Estatuto da Igualdade Racial do Senador Paulo Paim e que devem ser acrescentadas ao texto atual antes da sua votação pelo Congresso Nacional:

- a) Um sistema de preferência de vagas na pós-graduação

As unidades acadêmicas (Institutos, Centros ou Faculdades) das universidades deverão alocar, do montante total de vagas oferecidas nos cursos de pós-graduação, pelo menos 20% do total das vagas de mestrado e 20% do total das vagas de doutorado para candidatos negros aprovados no processo seletivo. Deve-se enfatizar que o critério para

seleção de negros por preferência não deve ser na base do desempate, mas simplesmente por preferência na aprovação (equivalente ao que propomos para o caso das cotas para graduação pelo vestibular: um piso mínimo de aprovação).

Poderemos usar na pós-graduação a mesma idéia de um Plano de Metas que usamos na Proposta de Cotas para negros e índios da UnB. Podemos definir que, por 20 anos, a diversidade racial será um critério importante na avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil. Espera-se que esse fator seja incorporado à nossa cultura acadêmica de modo que daqui a alguns anos será legítima a pergunta: que sentido de excelência pode ter um programa de mestrado ou doutorado que seja constituído exclusivamente de professores e alunos brancos, em um país que conta com 45% de negros e com centenas de sociedades indígenas?

b) Um sistema de preferência de vagas nos concursos para professores

Pelo menos 20% das vagas novas abertas nas universidades para contratação de professores deverão ser preenchidas por candidatos negros que sejam aprovados. O montante poderá igualmente ser contabilizado por unidades acadêmicas, para não atomizar excessivamente o processo de seleção dos candidatos negros.

Assim, conseguiremos estimular os programas de pós-graduação a absorver candidatos negros, alterando e ampliando suas linhas de pesquisa para então, pela primeira vez na história do país, recebê-los de um modo consciente e aberto. Ao mesmo tempo, estaremos preparando os potenciais candidatos a ocupar as vagas dos concursos para professores nas universidades.

c) Um sistema de preferência para negros na concessão de bolsas de pesquisa, em todas as modalidades, nas instituições federais de fomento (CNPq, MCT, Capes, etc.).

9. DA URGÊNCIA DA INTEGRAÇÃO RACIAL NO BRASIL

Relatos constantes de pós-graduandos e professores negros apontam para a sensação de isolamento que experimentam no ambiente

universitário em que circulam. No caso dos professores, a pulverização de sua presença é ainda mais intensa, o que dificulta a própria possibilidade de colocar para os colegas e para a comunidade acadêmica em geral a situação de exclusão e de discriminação de que são vítimas. Como no caso da UFRJ, em que são três professores negros em um centro acadêmico com oitocentos professores; como na FFLCH da USP, que são três professores em quinhentos; e como no Instituto de Letras da UnB, em que uma professora negra convive com cem colegas brancos.

No caso dos alunos de pós-graduação, a competitividade coloca os estudantes negros sob uma pressão constante devido a uma carência de capital cultural específico, o que conduz a uma exclusão simbólica de graves conseqüências para o seu desempenho. Muitas vezes, ainda que perfeitamente capacitados nos conteúdos temáticos, os estudantes negros não dominam o código lingüístico para-disciplinar que abre portas. É aqui o espaço onde o efeito da segregação, resultante de histórias de vida que quase nunca se tocaram, se faz sentir e onde qualquer fantasia de mestiçagem como garantia de integração mostra-se realmente falsa. Um estudante negro às vezes não sabe como engajar intelectualmente a atenção do professor branco, simplesmente porque não compartilha do universo social e simbólico em que se movem os brancos universitários.

Espera-se dos negros uma linguagem que desconhecem e que não sabem como aprender: a linguagem dos brancos acadêmicos. E é absolutamente crucial aprender a linguagem acadêmica branca, já que o acesso à pesquisa, aos grupos de discussão, às informações e aos dados do saber disciplinar que apenas circulam nas interações informais dependem da absorção e da familiaridade no manejo desses códigos secretos do *ethos* acadêmico.

Duas alternativas dramáticas são apresentadas aos estudantes negros: ou se metamorfoseiam de brancos após absorverem os códigos exclusivos desse mundo do qual jamais fizeram parte (o que significa abrir mão da sua diferença, da sua biografia, dos seus valores e muito especialmente da lucidez que introjetaram ao ter que lidar diariamente com a discriminação), ou partem para um confronto aberto, denunciando o racismo e as injustiças, o que significa arriscar suas poucas chances de inserção nas redes brancas já estabelecidas, saturadas e marcadas por padrinhos e controladores dos recursos disponíveis.

Esses números tão baixos da presença de negros nas universidades devem ser entendidos dentro da dinâmica concreta de relações raciais ativadas atualmente no nosso mundo acadêmico. Isso significa equacionar e oferecer explicações e alternativas de solução para os inúmeros casos de discriminação racial que vêm ocorrendo com estudantes em vários programas de Pós-Graduação. Casos de exclusão e hostilidade racial se multiplicam, tanto nos exames de seleção como no interior dos cursos, em reprovações inaceitáveis, rejeição de temas propostos por estudantes negros, desvantagens na distribuição das bolsas e inúmeras formas de dificuldades e antipatias. Já temos colhido queixas e depoimentos de incidentes de hostilidade racial na pós-graduação em pelo menos seis universidades públicas.⁵

Se o número de professores negros nas universidades públicas não chega a 1%, o número de pesquisadores negros que participam do sistema de produtividade em pesquisa não deve chegar a 0,5%. Nas poucas áreas que pude averiguar, há casos em que todos os pesquisadores, sem exceção, são brancos. É provável que dos quase oito mil pesquisadores que compõem a elite científica brasileira não encontraremos mais que 20 negros – uma porcentagem de apenas 0,25% em um país de 47% de afro-descendentes. Pensemos o predicamento dos acadêmicos de cor negra: com o sistema de financiamento em retração, todas as áreas receberão um número mínimo de bolsas novas, que não deve chegar a dois dígitos por cada área. Todos os participantes do sistema já têm vários candidatos ao preenchimento dessas bolsas e a peça mais forte do currículo dos aspirantes é para-disciplinar, qual seja: com quem estudou, onde e que posição já ocupa na rede. Não há praticamente chance de que um jovem pesquisador negro consiga entrar no sistema do CNPq por meio da “livre” concorrência... simplesmente porque a concorrência quase nunca é livre.

O único modo possível para uma integração dos negros na pesquisa científica brasileira é por um sistema amplo de ações afirmativas. O CNPq terá que reservar bolsas de preferência para pesquisadores negros, começando pelos professores negros que já estão inseridos nas universidades e que desenvolvem pesquisas e orientações de estudantes negros, para que se fortaleçam e ajudem a formar uma rede paralela de pesquisadores negros.

A inclusão racial na pós-graduação e na docência só pode dar-se através de um movimento pulverizado, capilar e altamente

individualizado. Ao contrário das cotas para o vestibular, que colocarão de uma só vez uma massa de estudantes negros na universidade, o sistema de preferência na pós-graduação e nos concursos para docentes sucederá de um modo mais lento e esporádico, pois muitas vezes tratar-se-á de escolher um candidato (no caso, um negro) entre vários aprovados e potencialmente em condições de preencher uma vaga. Por exemplo, se três concorrentes são aprovados em um concurso para professor, a banca dará preferência para o candidato negro para compensar a baixa presença de negros naquela unidade acadêmica. Mais uma vez, ao contrário do vestibular, a decisão sobre a inclusão racial não estará centralizada em uma comissão fixa (no caso da UnB, por exemplo, a Comissão Permanente do Vestibular, COPEVE), porém em inúmeras bancas específicas *ad-hoc*, cujos critérios dificilmente são uniformizados.

O poder de realizar as ações afirmativas para a inclusão racial na pós-graduação terá que ser transferido necessariamente para um grande número de professores atuando independentemente nas diversas unidades acadêmicas, o que demandará de todos uma alta compreensão e absorção dos princípios e da legitimidade desse sistema de inclusão racial. Esse caráter sempre focal da ação afirmativa por preferência visando alcançar uma meta de integração parece-se mais ao modelo norte-americano (lembramos que não há vestibular nos Estados Unidos : nesse sentido, o nosso modelo de cotas não é nenhuma cópia do sistema norte-americano, malgrado essa acusação ser freqüentemente esgrimida pelos que são contrários às cotas). E aqui gostaria de colocar o questionamento aberto de Thomas Skidmore, profundo conhecedor do racismo brasileiro, no famoso seminário Multiculturalismo e Racismo ocorrido em Brasília em 1996: “qual é a ‘reserva moral’ do Brasil para enfrentar esta questão?” (Skidmore 1996: 133).

Podemos entender o significado de “reserva moral” de Skidmore, se visualizarmos o seguinte: pela primeira vez no país, milhares de professores universitários brancos, atomizados em grupos de três a cinco e reunidos ocasionalmente em milhares de unidades acadêmicas de uma centena de universidades, com inteira autonomia para deliberar, entrevistarão candidatos brancos e negros para a pós-graduação e para a docência, em todas as áreas do conhecimento, e terão que decidir, honesta e imparcialmente, duas coisas: se um candidato negro mostrou qualificação suficiente para desempenhar a tarefa exigida; e se entre os aprovados, um negro poderá ocupar uma vaga em vez de

outros candidatos brancos. A “reserva moral” é uma incômoda e pertinente observação e uma pergunta sobre a capacidade de nossas bancas mudarem seu comportamento diante do novo sistema de ações afirmativas agora proposto.

Penso que não será fácil levar essa discussão para a nossa classe docente. A idéia de compensação e preferência poderá chocar com crenças e convicções, escassamente discutidas e nem sempre trazidas à consciência, acerca do que entendemos como mérito e qualificação. Nós docentes teremos que reconhecer que também escolhemos candidatos na base da preferência – e em muitas situações de banca as diferenças entre os candidatos são irreduzíveis à pontuação e a decisão final é feita na base da “política acadêmica”, termo impreciso que certamente não se confunde com meritocracia. O “perfil” para um cargo inclui critérios de classe, “etiqueta” social, interesses de composição de grupos e até mesmo contribuição do candidato ao tipo de capital simbólico que a unidade acadêmica que o absorve optou por acumular. Apesar de tantas preferências exercitadas, a questão é que até agora ninguém nunca preferiu negros. E vamos ter que aprender a preferi-los. Ou seja, vamos ter que ser ativamente anti-racistas.

10. CONSEQÜÊNCIAS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS PARA AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

A tradição acadêmica que reproduzimos foi consolidada, enquanto instituição política e social, nos países ocidentais no início do século XIX . Como tal, é fruto direto do projeto de modernidade da sociedade capitalista que tinha como prioridade a industrialização e a urbanização completas, que supostamente construiriam um novo espírito humano metropolitano, liberto do trabalho agrícola e industrial e individualista em sua ideologia. As estantes das nossas bibliotecas estão repletas de obras que narram essa saga da institucionalização das ciências e dos cursos universitários no século dezenove. O que geralmente não se comenta (e que é crucial para enxergar a situação das nossas universidades) é que esse mundo ocidental, moderno, industrializado, metropolitano, de saber disciplinado e burocratizado, era também um mundo branco e racista. O auge da expansão das academias de ciências e dos cursos universitários delas correlatos coincidiu com o auge do

colonialismo e do imperialismo – traduzido em termos que nos afetam diretamente, eram os europeus e norte-americanos de pele clara que produziam o saber que, com sua ajuda e tutela, supostamente podia ser transladado para todas as demais regiões do planeta, onde viviam os homens de pele escura. O imaginário da academia tal como se difundiu nos nossos países é a continuação de um imaginário ocidental fundamentalmente racista.

Esse imaginário racista metropolitano apenas se intensificou no Brasil pós-escravista, em um contexto em que o branqueamento se tornou política de estado. Houve, no final do século dezenove, um estímulo aberto à imigração européia e uma recusa sistemática, por parte da elite branca, a qualificar a mão de obra negra pós-escrava. Os poucos nichos que os negros haviam conquistado na área da educação, como a profissão de normalistas, por exemplo, foram sendo minados para serem transferidos à segunda geração de imigrantes europeus. Conforme argumenta Maria Lúcia Müller, a partir de 1903, paulatinamente “diminuiu a presença dos docentes negros no ensino primário fundamental” (Müller 2003: 100). Sua conclusão é de que já no início da década de trinta as netas de ex-escravos haviam sido expulsas da profissão de normalistas e a escola pública projetada para formar o espírito da nação era inequivocamente branca e racista.

Se branca e racista era a escola básica brasileira nos anos trinta, como seria a composição dos docentes e alunos das grandes instituições de ensino superior que então se consolidavam? As universidades federais mais antigas (UFRJ, UFPR, UFRGS) eram brancas de formação e brancas de destino: o objetivo era crescer atraindo professores e cientistas da Europa, continuando o mesmo recorte étnico da política de imigração do século dezenove, agora afinada para atrair a elite científica dos países formadores do poder econômico e político desses estados (alemães, italianos, acrescidos dos dois países de academia também poderosa: Inglaterra e França). O auge desse projeto de branqueamento universitário foi a USP, fundada em 1934 e que abriu suas portas para absorver o maior número possível de professores europeus.

Para uma população nacional que naquela época era majoritariamente afro-descendente, combinou-se um racismo de origem dos universitários com um eurocentrismo absoluto: o negro, pobre e de pouca escolaridade, ficou excluído desse projeto monumental de “progresso” e as suas tradições culturais e saberes de origem africana

foram considerados “atrasados”, inúteis e até mesmo nocivos, perigosos e proibidos.

Esse modelo de imaginário acadêmico racista generalizou-se por todo o país, tendo sido apenas intensificado na medida em que foi aumentando o número de instituições superiores de ensino e pesquisa. O projeto modernizador de nação, ciência e cultura, fixe-se bem, tem sido sempre um projeto eurocêntrico e racista.

Todavia, nossa situação se complica ainda mais quando consideramos que as universidades européias e norte-americanas também seguiram esse modelo racista até os anos cinquenta. Foi na ressaca moral do pós-guerra que uma nova política se impôs e o seu arianismo fundante pôde ser enxergado, reconhecido e criticado, em um processo bastante severo de revisão dos seus princípios e um esforço consciente e corajoso de mudança de rumo. Se hoje essas universidades são muito mais integradas racialmente que as nossas, isso se deve, em grande medida, à adoção de medidas de ação afirmativa.

As teorias das Ciências Sociais nos países centrais tiveram um papel importante nesse questionamento e nas propostas de mudança desse imaginário originalmente imperialista e racista. As teorias da diferença, ainda tão pouco exploradas em nossos cursos, não foram um jogo vazio de idéias. Os conceitos de significante flutuante, de sujeito descentrado, as análises da condição subalterna e os processos de produção de sujeito foram reflexos de uma mudança no perfil hegemônico no interior da academia. A dessencialização das ideologias de identidade abriram caminho para uma crítica radical à estereotípiia múltipla que colava, até uma geração atrás, a condição social e étnica a uma condição de gênero e de classe que demandava atitude subordinada dos oriundos dos povos do Terceiro Mundo com relação aos nativos do Primeiro Mundo. Tudo isso conduziu a uma transformação das posições de autoridade e prestígio no campo das Humanidades e das Ciências Sociais.

São os subalternizados e racializados negativamente pelo capitalismo da modernidade que aparecem agora entre as estrelas teóricas do nosso universo intelectual. Quando lemos no Brasil um ensaio de Stuart Hall sobre a identidade negra na Diáspora e nos conscientizamos de que ele é um negro jamaicano, experimentamos a dimensão ostensiva da teoria bakhtiana da bivocalidade: o próprio Stuart Hall é o significante racial que oscilou de uma origem subalterna e discriminada para uma

posição de prestígio na Inglaterra – posição que ele ocupa sem renunciar à diferença da sua condição original não-ariana, ou não anglo-saxã. E essa oscilação não é exclusiva de Stuart Hall, mas de uma geração inteira de intelectuais não-brancos que entraram nos sistemas universitários britânico, francês e norte-americano nas décadas de sessenta e setenta como consequência dos processos de descolonização e das políticas de ações afirmativas para minorias étnicas e raciais.

As ações afirmativas nas universidades européias e norte-americanas que consideramos de excelência não influenciaram apenas o mercado de trabalho, com mão de obra negra e não-branca para reprodução de capital e gestão do estado; elas desestabilizaram também a imagem do acadêmico e do cientista, que atualmente já não é exclusivamente branca. E esses acadêmicos não-brancos não estão apenas reproduzindo o mesmo papel que seus colegas brancos desempenhavam no jogo estrutural da hierarquia acadêmica original do Ocidente estabelecido no século dezenove. Pelo contrário, não abrem mão de suas diferenças e é a partir delas que influenciarão na reprodução do sistema, procurando abrir ainda mais espaço para jovens acadêmicos não-brancos. Estão, além disso, questionando as bases mesmas desse saber que se canonizou e que reproduzimos acriticamente no Brasil.

É sintomático dessas lutas anti-racistas na academia metropolitana que os Estudos Culturais, área interdisciplinar de origem crítica e contestatária do conservadorismo da Sociologia, da Antropologia e dos Estudos de Comunicação, tenha justamente como seu fundador um negro, Stuart Hall. Edward Said, palestino que emigrou para os Estados Unidos, questionou profundamente o cânon literário de língua inglesa, ao mesmo tempo que denunciou convincentemente o interesse de dominação imperial por trás dos institutos e departamentos de estudos de áreas nas universidades norte-americanas. Gayatri Spivak, indiana, é hoje uma das mais influentes teóricas de Literatura Comparada, teoria pós-colonial e estudos subalternos. Na mesma linha dos Estudos Subalternos estão Ranajit Guha (fundador da área) e Partha Chatterjee. Homi Bhabha, também indiano, tornou-se um dos mais destacados teóricos dos estudos pós-coloniais. Jacques Derrida, um dos filósofos de maior influência no meio intelectual contemporâneo, colocava-se cada vez mais intensamente como um judeu argelino e é dessa posição descentrada que propõe uma desconstrução radical dos textos canônicos ou eminentes da tradição judaico-cristã-ocidental. Esta

lista de teóricos não-brancos poderia crescer e sua existência atesta a intensidade da luta contra o racismo nos espaços acadêmicos ocidentais hegemônicos nos últimos quarenta anos.

Immanuel Wallerstein afirmou recentemente que “o racismo está disseminado por todo o sistema-mundo. Nenhum canto do planeta está livre dele, como característica central das políticas locais, nacionais e mundiais” (2004:262). Daí ele propor “fazer do anti-racismo a medida definidora da democracia” (id.ib.). O modo mais eficaz para começar a lutar contra esse racismo que se globalizou é tentar erradicá-lo do espaço local em que atuamos e onde ele tem se reproduzido secularmente: nas universidades públicas brasileiras e nos discursos das nossas Ciências Humanas e Sociais.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Arivaldo Lima. (2001), “A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual?”. *Afro-Ásia*, nº 25-26:281-312.

CAMPOS, ERNESTO DE SOUZA (org.). (2004[1954]), *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo, EDUSP, 2ª edição facsimilar.

CARVALHO, José Jorge. (1988), Mestiçagem e segregação. *Humanidades*, vol. 5, nº 17:35-39.

_____. (2001), “As propostas de cotas para negros e o racismo acadêmico no Brasil”. *Revista Sociedade e Cultura*, Goiânia, vol. 4, nº 2:13-30.

_____. (2002), “Exclusão Racial na Universidade Brasileira: Um Caso de Ação Negativa”, in D. Queiroz (org.). *O Negro na Universidade*, Salvador, Novos Toques.

_____. (2003), “Ações afirmativas para negros e índios no ensino superior: a proposta dos NEABs”. *Universidade e Sociedade*, vol. 12, nº 29:61-67. Republicado in Renato Emerson dos Santos & Fátima Lobato (orgs.). *Ações Afirmativas. Políticas Públicas contra as Desigualdades Raciais*, Rio de Janeiro, DP&A.

_____. (2003), Ações afirmativas para negros na Pós-graduação, nas bolsas de pesquisa e nos concursos para professores universitários como

resposta ao racismo acadêmico, in P. B. Gonçalves e Silva & V. R. Silvério (orgs.). *Educação e Ações Afirmativas*. Brasília, Inep/MEC.

CARVALHO, José Jorge & SEGATO. (2002), Rita Laura. *Uma proposta de cotas para estudantes negros na universidade de Brasília*. Brasília, UnB, Depto. de Antropologia. (Série Antropologia, n. 314).

FREYRE, Gilberto. (1982), “O Fator Racial na Política Contemporânea”. *Ciência & Trópico*, vol. 10, nº 1:19-36.

_____. (2003), “Eliminação de Conflitos e de Tensões entre Raças”. *Palavras Repatriadas*. Brasília, Editora da UnB/Imprensa Oficial SP.

GONZALEZ, Lélia. (1982), “O movimento negro na última década”, in L. GONZALEZ & C. HASENBALG. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro, Marco Zero.

MOURA, Clóvis. (1977), *O Negro. De Bom Escravo a Mau Cidadão?* Rio de Janeiro, Conquista.

MÜLLER, Maria Lúcia. (2003), “Professoras negras no Rio de Janeiro: história de um branqueamento”, in I. Oliveira (org.). *Relações Raciais e Educação*. Rio de Janeiro, DP&A.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (1995), *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ.

PINTO, L. A. Costa. (1998), *O Negro no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.

Por uma Política Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial: Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida. (1996), Brasília, Cultura Gráfica e Editora.

QUILOMBO. (2003), Jornal dirigido por Abdias do Nascimento. Rio de Janeiro, Editora 34.

RIBEIRO, Darcy et al. (1996), *Mestiço é que é bom!*. Rio de Janeiro, Revan.

RIBEIRO, Maria Solange Pereira. (2001), *O Romper do Silêncio: História e Memória na Trajetória Escolar e Profissional dos Docentes Afrodescendentes das Universidades Públicas de São Paulo*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, Faculdade de Educação.

SANTOS, Sales Augusto. (2003), “Ação Afirmativa e Mérito Individual”, in I. Oliveira & P. Gonçalves (orgs.). *Identidade Negra. Pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil*. Rio de Janeiro, ANPED.

SKIDMORE, Thomas. (1997), Ação Afirmativa no Brasil? Reflexões de um Brazilianista, in J. Souza (org.). *Multiculturalismo e Racismo*. Brasília, Paralelo 15.

TEIXEIRA, Moema de Poli. (2003), *Negros na universidade*. Rio de Janeiro, Pallas.

TORRES, João Batista de Miranda. (2001), A Televisão a Cabo no Brasil: Pretexto ou Desafio à Ação e ao Pensamento Crítico da Antropologia. Comunicação apresentada ao Seminário Temático: Antropologia e Comunicação, na XXV Reunião Anual da ANPOCS. Paper incluído no CD-Rom da XXV ANPOCS.

WALLERSTEIN, Immanuel. (2004), *O Declínio do Poder Americano*. Rio de Janeiro, Contraponto.

Notas

¹ Professor do Departamento de Antropologia da UnB.

² Este texto, ainda inacabado, é uma versão inteiramente corrigida e ampliada de um ensaio anterior (Carvalho 2003). Agradeço a Valter Roberto Silvério o estímulo para publicá-lo neste dossiê.

³ Uma fundamentação mais extensa dos argumentos específicos em favor das cotas pode ser encontrada na nossa Proposta de Cotas para Estudantes Negros na Universidade de Brasília (Carvalho & Segato 2002), destinada ao ingresso de negros na graduação por meio do vestibular.

⁴ Para a sistematização deste censo, contei com a ajuda inestimável de Valter Roberto Silvério, José Carlos dos Anjos, Dora Bertulio, Joaze Bernardino, Nilma Gomes, Leda Martins, Zélia Amador de Deus, Raimundo Jorge, Benilda Regina, Kabengele Munanga, Moema Poli e André Brandão.

⁵ Um caso que já se tornou emblemático da hostilidade docente contra alunos negros na pós-graduação no Brasil foi o de um doutorando de Antropologia da UnB, cujo drama já é mencionado e discutido em várias publicações, pelo próprio discriminado (Alves 2001), por mim (Carvalho 2002) e por outros pesquisadores (Torres 2001 e Santos 2003).